

Políticas públicas integradas e apoio às bases familiares podem evitar que crianças e adolescentes procurem as ruas

Laura Giannecchini

16/1/2004

Irene Rizzini coleciona títulos: psicóloga, socióloga, professora da PUC-Rio, diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e presidente da Rede Internacional de Intercâmbio de Pesquisa na área da Infância (Childwatch International Research Network, Oslo/Noruega). Só para exemplificar alguns.

Trabalha há 30 anos estudando políticas públicas e práticas voltadas à criança e ao adolescente no Brasil, dando especial atenção à situação dos meninos e meninas em situação de rua. Recentemente, coordenou o livro "Vida nas Ruas - Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis?", no qual revisita a literatura brasileira e internacional e, a partir de depoimentos de meninos que vivem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, descreve como eles vivem, o que pensam de sua situação e quais são suas perspectivas.

Nesta entrevista exclusiva ao portal **Setor3**, ela dá um panorama das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, explica porque eles vão para as ruas, como se sentem fora da sociedade, sem "espaço no mundo", mostra a importância de eles terem referências positivas de adultos desde a primeira infância para desenvolverem sua identidade e afirma que, para se evitar que eles enveredem por caminhos tortuosos e, muitas vezes sem volta, é necessário criar uma política pública integral, que seja capaz de apoiar além das próprias crianças suas famílias.

Setor3 - Existem estudos recentes que revelem o número de meninos e meninas em situação de rua no Brasil?

Irene Rizzini - Essa é uma pergunta que é comumente feita e muito difícil de responder, por muitos fatores. O livro ["Vida nas Ruas - Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis?"] mostra que a vida dessas crianças e adolescentes - ou sua trajetória - é bastante mutável, eles não ficam parados em algum lugar. Como mostramos em dois estudos de caso, são trajetórias que vão da casa para as ruas, das ruas para diversas instituições. Essa circulação é constante, então é muito difícil de você fazer qualquer tipo de contagem. Isso, inclusive, foi assegurado pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] quando, há mais de dez anos, cogitou-se fazer uma contagem dessa população. Eles concluíram que não existe uma metodologia possível para fazer um estudo censitário. Os estudos existentes são aqueles iniciados pelo Betinho [Herbert José de Souza], pelo Ibase [Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas], tentando fazer uma contagem na madrugada, pegando aqueles que estariam dormindo, para se chegar um pouco mais perto de quem estaria de fato nas ruas e não apenas circulando durante o dia e voltando para casa. Portanto, não só aqui, como em outras partes do mundo, é muito difícil você chegar a um número certo.

Setor3 - Mas não há nem estimativas?

Irene Rizzini - O número é menor que os absurdos que começaram a ser veiculados quando o fenômeno começou a chamar atenção, nos anos 80. Nessa época, falava-se em 7 milhões e que esse número estaria sempre aumentando. No Rio de Janeiro, nos anos 80 para 90, os primeiros estudos mostraram que havia quase 800 meninos e meninas dormindo nas ruas - o que Betinho bem disse, é um escândalo. Tivesse meia-dúzia, seria um escândalo, são 800! Isso causou uma reação pública: 'Ah, mas só isso? Então é fácil de resolver o problema, são só 780!' porque, no imaginário, eram milhares e milhares de meninos jogados pelas ruas. Na verdade, tudo é muito relativo. Se você for comparar isso com o número total de crianças e adolescentes no Estado, vai dizer que realmente é um número pequeno. Mas ao mesmo tempo, você tem que levar em consideração dois fatores: primeiro, que é um absurdo que 800 crianças estejam dormindo debaixo de marquises, vivendo nas ruas. E segundo que, quando você dimensiona esse número para todos aqueles que estão desassistidos nas próprias comunidades, envolvidos com atividades ilegais ou simplesmente sozinhos dentro de casa, esse número realmente é muito maior. Isso não foi contado, é difícil de achar uma metodologia censitária, mas sabe-se que há um percentual muito significativo da população infantil brasileira que está em condições de pobreza, de pouca

assistência por parte de adultos - que, por serem pobres, estão tentando sobreviver de todas as formas e não estão ao lado daquelas crianças. Por outro lado, há poucos serviços de suporte à família no âmbito comunitário. Esse é um dos tópicos que a gente vem pesquisando muito no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, o CIESPI, que eu dirijo.

Setor3 – Por que as crianças vão para a rua? Existem motivos diferentes para as meninas e meninos que estão nas ruas e voltam para casa e aqueles que permanecem o tempo todo nas ruas?

Irene Rizzini - Há muitos anos, vários pesquisadores, aqui no Brasil e em outros países, vêm mostrando que há dois elementos essenciais para essa saída para as ruas. Um deles é o fator econômico-financeiro, de falta de recursos e de oportunidades para manter as crianças em atividades extra-escolares, como as crianças de classe média têm, ou para financiar algum adulto para assisti-las quando os pais estão trabalhando. Essa necessidade de todos juntarem os trocados para completar o orçamento familiar e garantir a sobrevivência faz com que um grande número de crianças acabe se envolvendo em atividades que geram qualquer tipo de renda - um pouquinho por dia, mas que ajuda a família a comprar o leite, o pão e o feijão. Essas crianças vão tendo cada vez mais dificuldade para permanecer na escola, inclusive por causa da fragilidade da rede pública de ensino.

O segundo elemento forte que conduz essas crianças às ruas é mais subjetivo e complexo. São aspectos psicossociais, que dizem respeito às relações estabelecidas no âmbito da família com a criança e que não têm a ver tão diretamente com a questão da pobreza. Várias pesquisas mostram que as famílias muito pobres às vezes conseguem manter um elo afetivo forte com a criança, que se sente protegida e ligada aos adultos. Então, mesmo em contextos de muita pobreza, elas acabam não indo para as ruas e não se envolvendo com atividades ilegais porque têm uma mãe que vai sofrer se a criança fizer algum tipo de coisa nesse sentido. Muitas vezes, elas até buscam gerar renda, acabam trabalhando, mas ligadas aos adultos da família e dentro de um sistema de proteção, que a criança que está na rua não tem. O aspecto do fortalecimento dos elos afetivos da criança (seja com a própria mãe, pai, ou com outros membros familiares ou da comunidade) é fundamental para que ela cresça com uma identidade de pertencimento àquela família ou àquela comunidade, o que a ajuda a permanecer naquele contexto.

Muitos dos meninos e meninas que retratamos no [livro] Vida nas Ruas têm essas relações afetivas muito fragilizadas. Um ou outro dos adolescentes que entrevistamos tinha lembranças de uma referência positiva em relação a alguma instituição: é uma tia, que se interessou pelo caso e o ajudou... mas, a maioria, tinha referências muito negativas: vidros de carros sendo fechados, nojo, preconceito, a violência da polícia e a discriminação. Então, as referências que vão se acumulando são negativas e fica muito complicado reverter esses processos. As crianças vão crescendo com a noção de que não têm espaço. Portanto, esse é um ponto importante para se rever nas políticas e práticas no Brasil. A chave do negócio está em projetos, programas e práticas que fortaleçam o que chamamos de "bases de apoio familiar" das crianças e dos adolescentes. É preciso dar suporte maciço aos adultos que estão no entorno das crianças, sejam quem forem - pais, professores, pessoas que desenvolvem projetos sociais na comunidade.

Setor3 - Você poderia explicar melhor esse conceito, que é usado no livro, de que essas crianças "não encontram espaço no mundo"?

Irene Rizzini - Eu usei essa expressão porque justamente chama atenção e também enfatiza o aspecto coletivo de responsabilidade da sociedade de não abrir esse espaço. É muito difícil uma sociedade abrir espaço para a criança que já está em rumos de exclusão e marginalidade, por razões óbvias, ela está desconectada da escola, da família, muitas vezes está ligada a uma rede de tráfico e consumo de drogas, desafia a sociedade, tem todo o aspecto - que o livro retrata bem - que é o da alegria de viver na rua. Apesar de tudo, eles vivem o momento, se divertindo, usando drogas... Quando uma criança ou adolescente chega a esse estágio é difícil que a sociedade esteja aberta para ela, a não ser para pensar em reabilitá-la, recuperá-la, e isso é muito complicado. Então, a expressão "não encontram lugar no mundo" é para mostrar essa circulação intensa, essa grande mobilidade que eles vão repetindo. Mesmo quando encontram na adolescência algum suporte, algum referencial positivo em alguma instituição é muito difícil mudar completamente de vida, porque muitas rupturas já aconteceram, muitos episódios de violência e dissabores já foram vividos. Escutando a fala deles, vemos a dificuldade de enraizamento que a criança vai adquirindo. A disciplina do cotidiano familiar, o horário de comer, de ir para escola, de

fazer o dever de casa, de ver televisão junto, tudo isso constitui o processo de socialização de uma criança, que partindo para as ruas, é perdido.

Setor3 - Há algumas décadas você vem refletindo sobre políticas públicas para a criança e o adolescente em situação de rua. Na sua opinião, que fatores devem ser levados em consideração, quais seriam as diretrizes para lidar com essa questão?

Irene Rizzini - Eu vejo nessa questão dois níveis fundamentais: um deles é perceber que o problema existe. É a ponta do iceberg, só mostra aqueles que já estão em situação bastante difícil, mas ele existe e são muitos os que estão pelas ruas carregando suas histórias. Temos que lidar com isso de maneira diferente de como a gente tem lidado. Não adianta continuar com práticas do século XIX, de passar o camburão, recolher, levar para a instituição e aí vamos ver. Nós sabemos que há uma pressão para isso - acho que todos estamos de acordo que a rua não é lugar para a criança e o adolescente viverem -, mas o simples recolhimento não resolveu nunca e jamais resolverá. Hoje, com o Estatuto [da Criança e do Adolescente, o ECA], com toda a discussão de direitos humanos, não adianta querer aprisionar uma criança ou um adolescente em um abrigo. Eles não ficam! Os abrigos não estão aparelhados para isso. De modo geral, não é para permanecer por mais de três meses, não há um planejamento a médio e longo prazo, então a criança também não vai tendo elementos para um possível enraizamento ali. Temos que lidar de outra forma. Mas qual? Não tem mágica! O que é importante alertar é que tem que ser diferente. Deve-se buscar quem está com a mão na massa, quem está recolhendo, quem está nas organizações governamentais e não-governamentais responsável por trabalhar com esse grupo, sentar com eles e definir uma política humana. O Brasil tem know how para dar e vender. No Rio de Janeiro, por exemplo, temos a Rede Rio Criança, que vem criando metodologias mais humanas de respeitar a voz das crianças. É preciso fazer uma leitura com base na fala e nas vivências das crianças e adolescentes. E também ouvir os profissionais e organizações que têm 20 anos experiência para saber como é que deveria ser feito o atendimento, entender quais as práticas humanas que já existem e estão dando certo e ajudem de fato essa população.

O segundo ponto é que devemos evitar que crianças se tornem meninos de rua porque, quando elas assumem uma identidade de meninos e meninas de rua (para eles e para a sociedade que os vêem), vão se desconectar dos elos familiares e as pessoas vão se deixar de se responsabilizar por seu cuidado. Vai sendo cada vez mais difícil haver um processo de inclusão na sociedade por causa das trajetórias complicadas que eles vão seguir. Nós temos que identificar quais seriam as principais diretrizes de uma política que não seja imediatista, uma política e práticas associadas a essa política de forma coerente, que possam mostrar onde fortalecer essas bases de apoio na comunidade para que essas crianças tenham oportunidades ampliadas. Porque como está hoje, de fato, o tráfico representa uma atração financeira e em outros aspectos também.

Setor3 - O menino que está nos faróis ou no tráfico consegue gerar uma renda bastante alta. É possível criar uma política pública que consiga competir com esse valor?

Irene Rizzini - Não é uma resposta fácil e imediata. O trabalho informal - para não usar termos mais negativos como tráfico e mendicância - traz recursos rápidos e expressivos. Se a pergunta for como é que nós vamos competir com isso, de igual para igual, a resposta é: nunca. Então, não pode ser por aí, pelo financeiro. Como a gente vai fazer com que o menino ganhe mais de R\$ 500, 00, se o pai dele não ganha? Temos que pensar nos outros muitos fatores que as crianças e as famílias têm, por exemplo, de repúdio ao menino se tornar um bandido, que vai ter uma vida curta, que é uma vergonha para ele e para as pessoas a sua volta

Temos que trabalhar o fortalecimento de todas as possibilidades como a educação; uma educação que não seja só o aprendizado da leitura - e mal - como nós temos feito. Mas uma escola que tenha de fato a possibilidade de, junto com a família, dar uma formação mais completa. Uma política de arte-educação, como nós já tentamos várias vezes, de fortalecer a parte cultural, folclórica, histórica, resgatar o samba, as lendas, os mitos. Uma política que, como já falei, ajude os adultos no entorno da criança a terem melhor capacitação, melhor formação e recursos mínimos para que as crianças possam ter atividades de qualidade no seu contexto de vida. Isso tudo é menos oneroso do que esperar a criança ir para rua, mantê-la em uma instituição onde ela terá mais danos que benefícios. Acho que o pensamento todo tem que ser de se criar políticas integradas. Vamos parar de pensar política social, que é assistência, vamos pensar um pouquinho na política de educação, de saúde, de habitação, tudo conectado. Seria, na verdade, um planejamento de políticas integradas, que visassem esses vários aspectos de desenvolvimento

humano integral. Não tem como fugir de uma política de geração de emprego, de uma política de desenvolvimento econômico de curto, médio, longo prazo, que vá tocando nesses múltiplos desafios. E depois lidar com aqueles casos que deveriam ser exceção, que fugiram à regra, e que hoje não são.

Setor3 - Você citou como uma das referências negativas da criança quando a pessoa, no farol, fecha o vidro do carro para o menino. Por outro lado, dar esmolas é complicado porque pode perpetuar o problema. Como uma pessoa pode agir para ajudar uma criança de rua?

Irene Rizzini - A pergunta é muito complicada. Não tem receita de bolo possível. Às vezes, existem perigos. Todos nós somos abordados pelo vidro do carro. Eu volto a repetir que há várias organizações com experiência direta com esses meninos que podem ser envolvidas para evitar esse tipo de situação. Não se tem uma resposta nem aqui, nem na Escandinávia, com quem eu tenho conversado muito (lá existem poucos meninos e meninas de rua, obviamente, são exceções, mas existem). Na verdade, abrir a porta do carro e dizer vamos conversar... Eu faço isso sempre que eu sinto que há um grupo em conjunto, mas eu tenho experiência, eu sei quando aquele grupo não vai me acarretar nenhum perigo. Quando a gente identifica que há possibilidades de assalto e outras coisas, não tem como dizer 'vamos ser bonzinhos, vamos nos expor ao risco', que isso não vai resolver nem o caso da criança, muito menos o nosso. O que é muito importante é trabalhar com quem está envolvido e, de fato, ter uma política de evitar que as crianças estejam nos sinais mendigando. Essa é uma questão de política pública municipal, estadual, nacional. Não é possível permitir que a situação continue. É aí que eu digo que a organização de políticas integradas, a médio e longo prazo, tem que atuar no fortalecimento das bases de apoio familiar

Setor3 - Existe uma estigmatização das crianças de rua por parte da sociedade? Isso ajuda agravar o problema?

Irene Rizzini - Com certeza existe. Em vários depoimentos do livro, quando perguntamos para as crianças como elas acham que as pessoas as vêem, as respostas são unânimes: como bandidos, como cheiradores de cola, de cocaína, marginais. Todos se ressentem muito porque não faz diferença se eles são ou não; eles sempre são vistos assim. Então, isso influencia na formação da identidade deles. Agora eu não acho que dá para lidar com isso somente com campanhas. As campanhas ajudam as pessoas a compreenderem a complexidade do problema, entenderem que a maioria das crianças não está envolvida em atividades ilegais, necessariamente, e que há muita coisa a ser feita para evitar essas circunstâncias. Agora, eu acho fundamental entender que não basta

Com base em toda minha experiência, sei que muitas das crianças teriam essas trajetórias evitadas se tivessem recebido algum apoio na sua primeira infância. Os casos das histórias vão se repetindo com seqüências de quebras de relação desde pequeninas, nos anos que antecedem a escolaridade formal. As políticas não podem ser centradas totalmente na fase escolar porque os sete primeiros anos são fundamentais. Para a psicologia, os três primeiros anos de vida são considerados essenciais porque os desenvolvimentos físico e neurológico da criança dependem de alimentação adequada, vacinação etc, para que a criança desenvolva seu potencial genético. E, ao mesmo tempo, os três primeiros anos de vida, já vão marcando para a criança, na sua memória, em todo seu ser, a forma de estar, que é o início do desenvolvimento da sua identidade. Eu costumo repetir muito que toda a discussão de desenvolvimento de cidadania não é uma discussão que possa ser descolada da questão do desenvolvimento da identidade e da formação integral da criança. Ela só vai ter essa consciência de ser um cidadão, de ter um espaço, desenvolver um espírito de solidariedade, de se preocupar com o outro, quando tiver conhecimento do pertencimento ao próprio contexto, a sua própria família. Só aí ela desenvolve o espírito de pertencimento à cidade, de parte integrante do país. Os três primeiros anos são essenciais nesse sentido porque essa criança vai estar ligada a um grupo mais restrito, que também é mais fácil de apoiar. Depois, ela vai ampliando a sua socialização no pré-escolar, nas creches e aí tem todo um esforço enorme de possibilidades de suporte através das creches, das pessoas que são chave para as crianças, nos cuidados substitutivos à família. O período que vai até os sete anos é renegado ao segundo plano no Brasil. A creche não pode ser só um lugar seguro, deve ser um local formador da criança.